



RESOLUÇÃO Nº 001/2015 – RETIFICAÇÃO

Regulamenta as normas para campanha eleitoral, os candidatos habilitados ao pleito, local de votação, tipos de propaganda, divulgação de propostas à população local, a fiscalização, atos permitidos e proibidos no dia da eleição, votação e apuração do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar 2016/2019,

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú, SC**, órgão com competência deliberativa e controladora de todas as ações voltadas à infância e juventude no município, e responsável pela realização da eleição para escolha dos membros do Conselho Tutelar (art.88, inciso II, c/c o art. 139, do Estatuto da Criança e do Adolescente), no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

- 1) A propaganda eleitoral dos candidatos somente será permitida no período restrito de 08/09/2015 a 03/10/2015;
- 2) Toda propaganda será de inteira e exclusiva responsabilidade dos candidatos, imputando-lhes solidariedade nos excessos praticados por seus simpatizantes;
- 3) Os candidatos são responsáveis pelo seu material de divulgação, bem como pela limpeza das vias públicas da cidade que contiverem qualquer parcela do mesmo;
- 4) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará ampla divulgação da escolha, de forma a motivar e conscientizar os munícipes da importância da participação popular nesta eleição;
- 5) É vedada a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social televisivos, radiofônicos e impressos periódicos, sendo admitido somente a realização de debates (art.20, lei 1033/91);
- 6) Serão permitidos debates e entrevistas, envolvendo todos os candidatos habilitados ao pleito, que deverão ser comunicados com prazo de antecedência de três dias, a serem realizados em canais de rádio, televisão e jornais, de forma que os candidatos disponham do mesmo espaço e tempo, no mesmo dia, garantindo absoluta igualdade entre os candidatos concorrentes, permitindo aos cidadãos avaliarem o potencial de cada candidato postulante ao Conselho Tutelar;
- 7) É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular (art. 21, lei 1033/91);
- 8) Fica expressamente vedada propaganda por auto-falantes ou assemelhados, fixos ou em veículos, promoção de comício ou carreatas, ou qualquer tipo de propaganda que implique em grave perturbação da ordem pública;
- 9) Não será permitido aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa, considerando-se aliciamento de eleitores por meio insidiosos o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádiva, benefícios ou vantagens de qualquer natureza mediante o apoio para a candidatura; e propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são atribuição do conselheiro tutelar, a criação de expectativas na população, bem como qualquer outra prática que induza dolosamente o eleitor ao erro;



10) Para divulgação de suas candidaturas serão permitidas:

- a) confecção de panfletos, tamanho máximo de uma folha A4, contendo exclusivamente informações sobre o candidato, seus objetivos, o papel do Conselho Tutelar e informações sobre o processo de escolha;
- b) divulgação por meio da internet, através das mídias sociais (Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp);
- c) confecção e distribuição de bottons e adesivos contendo exclusivamente informações sobre o candidato.

11) Não será permitido constar nas propagandas nenhum tipo de apoio político-partidário, não serão toleradas a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da máquina eleitoral dos partidos políticos;

12) Não serão toleradas o favorecimento de candidato por qualquer autoridade pública e/ou utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da administração pública municipal, bem como, fazer campanha em órgãos públicos da administração direta e indireta e entidades que recebam recursos públicos;

13) Serão permitidos a utilização de camisetas e crachás para uso exclusivo dos candidatos, não admitindo-se distribuição de camisetas, boné, cartazes, ou qualquer outro tipo de brinde para a população em geral;

14) Durante a campanha não poderá ser utilizado crianças ou adolescentes menores de 16 anos para veiculação das propostas da campanha, de qualquer forma;

15) Não será admitido a boca de urna, o transporte de eleitores, distribuição de material de propaganda política no dia das eleições;

16) Qualquer cidadão de forma escrita e fundamentada poderá apresentar denúncia ao CMDCA sobre a existência de irregularidades ou descumprimento desta resolução na propaganda dos candidatos, que serão apuradas com ciência ao Ministério Público;

17) O Ministério Público será notificado de todas as etapas do certame e seus incidentes, pelo CMDCA, sendo-lhe facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos não preenchem os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para o período da campanha e no dia das eleições;

18) No dia da eleição é vedado qualquer tipo de propaganda, sujeitando-se o candidato que promovê-la à cassação de seu registro de candidatura e procedimento a ser apurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

19) A votação será realizada na Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, localizada na 5ª Avenida nº 1100, Bairro dos Municípios, Balneário Camboriú/SC.

20) O início do processo de votação dar-se-á as 8 horas e findar-se-á as 17 horas do dia 04 de outubro de 2015;



- 21) As 17 horas, o Presidente da seção determinará a distribuição de senhas para aqueles eleitores que porventura se encontrarem na fila, iniciando pela última pessoa da fila;
- 22) Cada seção será composta por uma mesa contendo três membros, um presidente, um mesário e um suplente de mesário;
- 23) Somente poderão permanecer dentro dos locais de votação, os fiscais, representante do Ministério Público, os membros do CMDCA, os candidatos devidamente identificados e o eleitor durante o tempo necessário a votação;
- 24) Os candidatos e os fiscais apresentar-se-ão devidamente identificados, com o respectivo crachá, fornecido e assinados pelo CMDCA;
- 25) Cada candidato poderá indicar um fiscal para cada seção eleitoral, que deverá preencher inscrição através de formulário próprio, na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, no dia 18 de setembro de 2015, das 8 horas às 11 horas, sendo que os fiscais são facultativos, conforme o interesse de cada candidato e que no momento da abertura das urnas não se faz necessário a presença destes, bem como a não indicação não vicia o processo eleitoral;
- 26) Estão aptos a votar todos os eleitores de Balneário Camboriú, sendo o voto facultativo e secreto, cujos títulos tenham sido transferidos até o dia da emissão da lista pela Justiça Eleitoral;
- 27) Cada eleitor terá direito a 5 votos, sendo estes distribuídos da seguinte forma: 1 (um) voto para assistente social, 1 (um) voto para bacharel em direito, 2 (dois) votos para membro da comunidade e 1 (um) voto para psicólogo;
- 28) O processo de apuração terá início tão logo termine a votação, obedecendo a ordem de chegada das urnas e só poderão adentrar e permanecer no local de apuração membros do CMDCA, representantes do Ministério Público, policiais, Guarda Municipal e candidatos;
- 29) A apuração ocorrerá no plenário da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, localizada na Avenida das Flores, 675, Bairro dos Estados, Balneário Camboriú/SC;
- 30) Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da eleição mandando publicar os nomes dos candidatos e o número de sufrágios recebidos, abrindo-se prazo para impugnação de dois dias;
- 31) Ficam todos os candidatos inscritos cientes de que a violação das regras da campanha eleitoral, que caracterizem abuso do poder político, de poder econômico ou do poder de autoridade, ou qualquer outra ofensa à lisura do processo eleitoral que possa comprometer a livre manifestação da vontade do eleitor sujeitará o candidato autor do abuso ou da prática ilícita a procedimento de cassação do seu registro de candidatura ou diploma, a ser apurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

32) Candidatos habilitados ao pleito:

ASSISTENTE SOCIAL

| NÚMERO DO CANDIDATO | NOME DO CANDIDATO |
|---------------------|--|
| 100 | ANDREA VIVIANE PACHECO DOS SANTOS LIMA |
| 101 | KARIN SCHWENGBER |
| 102 | LAYSA DE ARAÚJO |
| 103 | SANDRA MARIA OTTO |

BACHAREL EM DIREITO

| NÚMERO DO CANDIDATO | NOME DO CANDIDATO |
|---------------------|---|
| 200 | ALESSANDRA CARLA DE SOUZA FLOR LAGO |
| 201 | ANGELA CRISTINA ANGELINAZARI |
| 202 | ARCHILLE PATRICIA MAZZI |
| 203 | DÉBORAH SCHLINTWEIN |
| 204 | DENISE FERREIRA DE MACEDO |
| 205 | DOUGLAS SCHWOLK FONTAN AYRES DE AGUIRRE |
| 206 | EDUARDO KOEHLER DE MOURA |
| 207 | FRANCIELE CRISTINA LOPES LEÃO |
| 208 | JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA PETERS JUNIOR |
| 209 | JULIO LUAN SERAFIM TARTER |
| 210 | LICHETT ANDREA AGUIRRE CISTERNAS |
| 211 | LILHANA SILVA KLIEMANN |
| 212 | MÁRCIA CRISTINA GOMES CARIBÉ |
| 213 | MARIA LUIZA ROTTILLI ROEDER |
| 214 | ROGER SANTOS DE SENA JUNIOR |
| 215 | SANDRA ALVARES DA SILVA |
| 216 | STEPHANIE ALVARES MOURA FERRO SILVA |
| 217 | WILLIAN BRYAN RADZICHOWSKI SUÁREZ |
| 218 | LAURINDO PEDRO RAMOS FILHO |

MEMBRO DA COMUNIDADE

| NÚMERO DO CANDIDATO | NOME DO CANDIDATO |
|---------------------|------------------------------|
| 300 | ADRIANA OLIVEIRA DANZMANN |
| 301 | ALESSANDRA BECKER MACHADO |
| 302 | HUANITA RADKE CAROLO |
| 303 | JACKSON FERNANDO DE MEDEIROS |

| | |
|-----|------------------------------------|
| 304 | JANE ELOÁ LOPES DE OLIVEIRA |
| 305 | JÚLIA REGINA BASSANI CAUS |
| 306 | LEONARDO BARUKI COSTA |
| 307 | LUCIANE CORDEIRO DE GEUS |
| 308 | NADEMIR BATISTA SILVEIRA |
| 309 | PAULO EDSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA |
| 310 | SAINE FRANCO JARDIM |
| 311 | SANDRA MARA SCHNEIDER NARCIZO |
| 312 | SIMONE CRISTINA CIRILO DA SILVA |
| 313 | VANI AMARAL AMORIM |
| 314 | WLADIMIR MARCELO VERCH |

PSICÓLOGO

| NÚMERO DO CANDIDATO | CANDIDATO |
|---------------------|-----------------------------|
| 400 | AFAFE DOS SANTOS SHARIF |
| 401 | ANGELA ROUSSELET CRIZEL |
| 402 | CLAUDINÉIA BORGERT |
| 403 | GERMANA KOROLL CAMACHO |
| 404 | GLADIS MENEGHINI PEDRASSANI |
| 405 | JOSIANE HOEPERS |

33) Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Balneário Camboriú, SC, 8 de setembro de 2015.

JOÃO CARLOS ALVES DOS PASSOS

*Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA*